

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

ELAINE RODRIGUES

**PATRIMONIO INDUSTRIAL: USOS, CONFLITOS E DISPUTAS EM TORNO DAS
ESTRUTURAS DO CARVÃO EM SIDERÓPOLIS/SC**

CRICIÚMA

2016

ELAINE RODRIGUES

**PATRIMONIO INDUSTRIAL: USOS, CONFLITOS E DISPUTAS EM TORNO DAS
ESTRUTURAS DO CARVÃO EM SIDERÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciatura no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador (a): Prof. (a) Mestre. Michele Gonçalves Cardoso

CRICIÚMA

2016

ELAINE RODRIGUES

**PATRIMONIO INDUSTRIAL: USOS, CONFLITOS E DISPUTAS EM TORNO DAS
ESTRUTURAS DO CARVÃO EM SIDERÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciatura, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Patrimônio Cultural, Cultura Material e Memórias.

Criciúma, 8 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Michele Gonçalves Cardoso - Mestre - (UNESC) - Orientador

Prof. Marli de Oliveira Costal - Doutora - (UNESC)

Prof. Daniela Pistorello - Doutora- (UDESC)

Aos meus pais, que sempre me ensinaram a não desistir e a buscar o melhor de mim. Aos meus filhos Ruan e Murilo e ao meu companheiro Rodrigo, que mesmo impaciente, entendeu e respeitou minha ausência. E a toda comunidade do Rio Fiorita, sem ela essa pesquisa não seria possível.

AGRADECIMENTOS

É muito bom saber que temos com quem contar nas horas difíceis e que nunca estamos sozinhos. Quando decidi ingressar na vida acadêmica sabia que não seria fácil, tinha certeza que encontraria vários obstáculos. A maior dificuldade que encontrei fui eu mesma, meu jeito estourado e ansioso, sincero e sem papas na língua acabou logo me afastando de muitas pessoas. Como não poderia ser diferente encontrei pessoas que me ajudaram, me entenderam e acima de tudo me respeitaram, afinal, ninguém é perfeito.

No término dessa etapa, não posso deixar de agradecer a cada um, que esteve ao meu lado, desde as que duvidaram da minha capacidade até as que acreditaram em mim.

Começo agradecendo aos meus pais João Rodrigues, que mesmo ausente fisicamente, manteve sempre sua presença espiritual comigo e minha mãe Ana M^a Ferraro Rodrigues, ambos construíram suas vidas no bairro Rio Fiorita, então esse trabalho tem um pouco dos dois com certeza. Quero agradecer meu marido Rodrigo, obrigada por aturar meu estresse, minhas inseguranças, minhas noites na frente do computador ou dos livros, obrigada por me apoiar e estar do meu lado nas minhas escolhas. Aos meus filhos, que sofreram com minha ausência. A toda minha família, irmãos Luciana, Deizi, Jeizon e João Henrique. Aos meus sogros José e Maria das Dores, aos meus cunhados e a minha cunhada Gerusa, que insistiu muito pra eu voltar a estudar, deu certo! Quero agradecer também aos colegas Rogério Dalssaso e Macsuel de Bona que sempre que precisei disponibilizaram seu tempo e seus arquivos sobre Siderópolis.

Durante esses quatro anos conheci muitas pessoas, algumas delas quero levar pra sempre comigo. Ângela, Rodrigo, Carol, estamos juntos desde o primeiro semestre, o primeiro trabalho, a primeira briga. Sei que agora cada um segue sua vida, mas já aviso que não vou perder vocês de vista, acredito que nossos laços vão além das paredes da UNESC, obrigada amigos por tornar esses anos mais divertidos, obrigada por compartilharem comigo cada minuto, cada lágrima, cada angústia da vida pessoal e acadêmica, cada momento de aprendizado e de loucura que só o curso de história pode proporcionar, adoro vocês. Agradeço também aos colegas Lucas, Jaqueline, Lisane, Juliana e Juliano, que se fizeram presentes em

muitos momentos nesses anos.

Quero agradecer a todos os mestres que dividiram comigo seus conhecimentos e um agradecimento especial a João Henrique Zanelatto, Paulo Sergio Osório, Marli de Oliveira Costa, Ismael Gonçalves Alves, Gislene Camargo, Michele Stakonski Cechinel e Tiago da Silva Coelho que são mais que mestres, são amigos que levarei pra sempre no meu coração.

Essa pesquisa não seria possível se uma pessoa não tivesse acreditado na minha capacidade. Desde o começo você me apoiou e soube extrair o melhor de mim mesmo eu achando que não conseguiria. Você brigou nas horas certas e elogiou também. Obrigada minha orientadora pela paciência e me desculpe pelos incômodos fora de hora, das consultas no whatsapp, você é a melhor. Obrigada Michele Gonçalves Cardoso.

Simplesmente obrigada!

“Amar o perdido deixa confundido este coração.

Nada pode o olvido contra o sem sentido apelo do Não.

As coisas tangíveis tornam-se insensíveis à palma da mão

Mas as coisas findas muito mais que lindas, essas ficarão.”

Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

Esta pesquisa consiste em analisar o conjunto de estruturas presentes na antiga vila operária de Rio Fiorita situada na cidade de Siderópolis/SC na perspectiva do Patrimônio Industrial. A vila operária, inicialmente colonizada por imigrantes italianos com uma economia agrícola sofreu várias mudanças a partir da chegada da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN no ano de 1941. Ali a siderúrgica constrói todas as estruturas específicas para atender as necessidades da empresa e de seus funcionários/as e suas famílias. No ano de 1991, com o fechamento da CSN esse conjunto de edificações foi entregue à prefeitura municipal. Ao longo desses anos alguns desses prédios, foram e ainda são palco de disputas. Os conflitos em torno dos possíveis usos desses espaços evocam tensões entre diferentes personagens: o sindicato, os políticos e a associação de moradores. Estes grupos fundamentam seus argumentos evocando diferentes memórias e interesses. Neste sentido, busco por meio da análise de fontes orais, documentais, fotos entre outros, compreender esse conjunto de bens que ainda fazem parte da antiga vila operária de Rio Fiorita na perspectiva do patrimônio industrial. Fundamento a minha pesquisa refletindo a carta de Nizhny Tagil, que determina as especificidades do patrimônio Industrial. Essas edificações do ciclo carbonífero permite refletir sobre algumas tensões presentes no campo patrimonial reafirmando sua importância para comunidade local.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial; Vila Operária; estruturas do carvão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Imagem do túnel em Siderópolis 1943.....	20
Figura 2 - Máquina Marion S/D	22
Figura 3 - Máquina Marion década 1980.....	22
Figura 4 - Mapa da Vila Operária de Rio Fiorita.....	32
Figura 5 - Transformador Rua 08. Data: 27 de setembro de 1955.....	35
Figura 6 - Escola do SENAI.....	36
Figura 7 - Vista do escritório da CSN, abaixo o prédio das oficinas. Data: provável década de 1960.....	39
Figura 8 - Frente do Escritório, Sem datação.....	39
Figura 9 - Antigo Escritório da CSN, 2015.	40
Figura 10 - Recreio do Trabalhador, possível década de 1960.....	42
Figura 11 - Recreio do Trabalhador, julho de 2016.	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSN Companhia Siderúrgica Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA NO SUL CATARINENSE	15
2.1 A Carbonífera Siderúrgica Nacional – CSN e a Formação da Vila Operária de Rio Fiorita.	17
3 As estruturas do carvão numa perspectiva patrimonial.....	24
3.1 Refletindo sobre o Patrimônio Industrial.....	28
4 O conjunto de edificações presentes na Vila operária de Rio Fiorita.	34
4.1 Memórias e disputas: Escritório da CSN e Recreio do Trabalhador.	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXO A – fotos de algumas estruturas presentes no bairro Rio Fiorita.	55

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é a junção de duas pesquisas realizadas por meio do Programa de Iniciação Científica fomentado pelo artigo 170, na Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. A primeira pesquisa realizada em 2015 tinha como objetivo o registro de memórias relacionadas ao clube “Recreio do Trabalhador” na cidade de Siderópolis, sul de Santa Catarina. A outra pesquisa ainda em andamento, busca por meio da pesquisa nos registros escolares das escolas do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina - CEMESSC perceber o impacto das atividades carboníferas nas instituições escolares da região AMESC e AMUREL.

Porém, essas pesquisas possibilitaram vários desdobramentos, tendo em vista que o clube “Recreio do Trabalhador” é apenas uma estrutura dentre várias outras construídas pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN no período em que atuou na exploração do carvão mineral no município de Siderópolis. Nesse sentido, a presente pesquisa é resultado dessas reflexões e tem por objetivo ampliar o olhar sobre essas construções.

Essas estruturas evocam diversas memórias e conflitos na vida dos moradores da vila operária do bairro Rio Fiorita. Memórias, que fazem parte da história do carvão não apenas do município, mas do sul do estado, tendo em vista a intensidade das atividades carboníferas durante muitos anos na região, estando presente até os dias atuais.

A descoberta do carvão na região sul de Santa Catarina ocorreu em fins do século XIX, porém segundo Carlos Renato Carola, a exploração industrial se efetivou somente a partir da década de 1910. (2002.p.15). Os modelos de desenvolvimento adotados a partir de 1930 em todo país corroboraram com a intensificação da extração carbonífera. As transformações foram inevitáveis modificando toda a paisagem dos locais onde era minerado o carvão. As mudanças ocorreram na economia e na urbanização local, tornando-se necessária à construção de vilas operárias para abrigar e controlar os trabalhadores que vinham de vários lugares para trabalhar nas minas de carvão.

Na cidade de Siderópolis, existem registros da exploração do carvão em 1914, contudo, foi a partir da chegada da CSN na década de 1941, que efetivamente

iniciou o processo industrial de extração do minério. A Companhia Siderúrgica Nacional atuou no município até o ano de 1991 quando encerrou as atividades, causada pela queda no mercado de extração de carvão e a falta de incentivo do governo federal, sendo privatizada no ano de 1993. Durante aproximadamente os 50 anos em que a empresa siderúrgica da CSN atuou no município, muitas transformações ocorreram na cidade, seja no âmbito econômico, seja nas suas estruturas físicas. O município deixou de ser apenas uma colônia de agricultores e passou a figurar em nível nacional. Isso porque a CSN era uma empresa pertencente ao Governo Federal e que teve seu potencial siderúrgico ligado especificamente com a Segunda Guerra Mundial, onde o Brasil manteve uma parceria comercial com os Estados Unidos, favorecendo o crescimento do volume da extração do carvão. (BASTOS, 1959 apud GOULART, 2011, p.220)

Quando se tornou município em 19/12/1958, Nova Belluno como era anteriormente nomeada passou a denominar-se Siderópolis, uma referência a companhia siderúrgica que atuava há alguns anos no município. “Sider” em grego significa ferro e pólis cidade, “cidade do ferro” em homenagem à siderúrgica, responsável pelo “progresso” estabelecido com a mineração.

As transformações ficaram mais evidentes na urbanização da cidade. Para atender a demanda da siderúrgica foram construídos espaços para o funcionamento da empresa como o prédio do escritório, oficinas, laboratórios, almoxarifados entre outros. Também foram construídas as casas para abrigar os engenheiros e outros profissionais que vinham do Rio de Janeiro para trabalharem na estatal. Para os operários e operárias vindos de outros lugares do estado, foram erguidas casas, inicialmente as do Tipo 1¹ como eram chamadas, seguidas das casas geminadas. A empresa ainda oferecia açougue e serviços médicos no ambulatório. Para suprir a falta de mão de obra especializada, construíram uma escola onde foram oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, cursos de capacitação para os filhos dos operários, e as crianças contavam com o jardim de infância.

Com o fechamento da CSN todas as edificações pertencentes a empresa acabaram entregues à prefeitura municipal. Alguns pavilhões foram doados para

¹ Primeiras casas de madeira construídas pela CSN eram casas de pinho com 3 a 4 peças com sanitário no quintal. (COSTA, 2011, p.102)

novas empresas na intenção de gerarem novos empregos, pois com a saída da carbonífera deixou muitos trabalhadores desempregados. Outros prédios apesar de tombados por lei municipal estão abandonados. A falta de manutenção e de uso fez com que algumas estruturas ruíssem. Ao longo desses anos, algumas dessas edificações, como o prédio do clube Recreio do Trabalhador e o prédio onde funcionava o Escritório da CSN foram e ainda são palco de tensões e disputas protagonizadas por diversas entidades como a Associação de Moradores do Bairro Rio Fiorita, Sociedade Amigos de Siderópolis, Sindicato dos Mineiros e a própria prefeitura. Essas edificações fazem parte de um conjunto arquitetônico que juntamente com as casas dos antigos trabalhadores da CSN, evidenciam o valor histórico a eles agregados e remetem a uma nova categoria de patrimônio, o patrimônio industrial.

Pautada nesses elementos que acabamos de destacar, essa pesquisa busca analisar essas estruturas a partir do conceito de patrimônio industrial, tendo como base a carta de Nizhny Tagil, que faz referência aos patrimônios relacionados à memória do trabalho e aos meios de produção.

A metodologia utilizada foi à história oral e análise de fontes documentais e iconográficas. Além do aporte teórico que se faz indispensável para a fundamentação da pesquisa. Foram realizadas três entrevistas, com moradores e com o prefeito responsável pelo tombamento do prédio do escritório e do Recreio do Trabalhador, todas elas gravadas em áudio e transcritas posteriormente. As pesquisas em documentos foram realizadas em arquivos digitais, acervos particulares, arquivos da prefeitura e no Centro de Memória e Documentação da UNESCO - CEDOC. Foi encontrado um volume considerável de fotos, atas, ofícios, leis, que contribuíram para o resultado final da pesquisa.

Assim, através das memórias dos entrevistados e da análise de documentos ao longo da pesquisa surgiram diversos conflitos gerados em torno desses patrimônios da CSN, pois ainda se fazem presente na vida da comunidade do Rio Fiorita. Neste sentido, o presente trabalho ficou dividido em três capítulos: 1. Exploração carbonífera em no sul Santa Catarina e a chegada da CSN em Siderópolis e formação da Vila Operária de Rio Fiorita; 2. Patrimônio Cultural, Patrimônio Industrial e Estruturas da CSN presentes na cidade de Siderópolis; 3. Usos e Conflitos dos Patrimônios da CSN.

No primeiro capítulo fez-se necessário contextualizar a atividade carbonífera na região sul do estado de Santa Catarina, tendo em vista que esta região ainda hoje é reconhecida pela extração e comercialização do minério. Nesse contexto, apontar a chegada da CSN como fator principal no desenvolvimento dessa atividade no município de Siderópolis, enfatizando o crescimento urbano e econômico que se deu após a instalação da empresa e as implicações geradas com o encerramento das atividades. O segundo capítulo inicia com uma discussão sobre o conceito de patrimônio e suas categorias, evidenciando o conjunto de edificações deixadas pela CSN e que ainda estão presentes na antiga vila operária do Bairro Rio Fiorita como patrimônio Industrial, pois remetem ao processo de extração e produção da indústria carbonífera e evocam memórias diversas que estão enraizadas no cotidiano da vila operária. Ainda no segundo capítulo, faremos uma breve apresentação de cada estrutura presente no bairro.

O último capítulo aponta os usos originais dos prédios e qual a utilidade de cada um nos dias de hoje, além de perceber a apropriação /ou não desses espaços por parte dos moradores. Segundo Michel Pollak a memória reforça sentimentos de pertencimento. (1989. p.9). Assim por meio da pesquisa documental e da história oral, procuramos compreender quais as referências desses bens para a comunidade? Que memórias evocam? Além de problematizar as disputas pela posse desses bens destacando os conflitos entre diversas entidades como associação de moradores e sindicato dos mineiros, ambas as entidades solicitam a doação dos bens que hoje pertencem à prefeitura.

Neste sentido, o resultado dessa pesquisa buscou compreender as relações entre esses patrimônios e comunidade, partindo do processo de urbanização da cidade a partir do ciclo carbonífero e a valorização desses espaços como parte importante na formação da história e cultura local. Num tempo onde a lógica do descarte está em alta, nossas cidades acabam perdendo muito de suas características originais e seus referências históricos.

2 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA NO SUL CATARINENSE

A região sul de Santa Catarina teve seu desenvolvimento econômico, urbano, social e cultural marcado pela exploração carbonífera. A atividade teve início no século XX, porém a descoberta do carvão na região data do século XIX, quando ainda havia especulações sobre a qualidade do carvão produzido nas jazidas catarinenses. A descoberta do minério trouxe uma série de mudanças para a região sul, principalmente Criciúma e cidades vizinhas, como é o caso de Siderópolis.

Para atender as demandas desse novo empreendimento econômico, as cidades onde havia exploração do carvão foram adaptando-se a nova realidade. Aos poucos a economia foi sendo substituída, da agricultura pelas minas de carvão. (CAROLA, 2002, p.15).

Segundo o historiador Carlos Renato Carola (2002, p.16) durante o seu surgimento e crescimento, a indústria carbonífera passou por várias fases. A primeira entre 1880 a 1930 foi marcada pelo surgimento das carboníferas e da construção da Estrada de Ferro “Dona Tereza Cristina”, malha ferroviária arquitetada para o transporte do carvão produzido nas minas da região até os portos de Laguna e Imbituba. Nesta fase, a primeira Grande Guerra é apontada como fator que impulsionou a extração do carvão.

Já a segunda e terceira fases, estabelecidas pelo historiador entre 1931 e 1973, destaca a elaboração de leis protecionistas aprovadas por Getúlio Vargas como responsáveis pelo aumento na venda do produto. Essas leis além de financiar, incentivavam a exploração do carvão nacional. Carola (2002) ainda aponta o contexto da segunda guerra mundial como favorável para essas políticas de incentivo. Foi nessa fase que as empresas carboníferas tiveram um aumento significativo na produção e venda de carvão. Segundo o autor, “com a garantia de venda do carvão, a região de Criciúma transformou-se num verdadeiro “queijo suíço”, pois em todo lugar se abriu uma boca de mina.” (CAROLA, 2002.p.18).

Alguns destaques dessa fase foram à criação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN na década de 1940 e da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional - CEPCAN em 1953, criada juntamente com o “Plano do Carvão Nacional”. A CSN teve um papel significativo na exploração do minério não apenas no estado,

enquanto a CEPCAN era responsável pelas obras previstas no Plano do Carvão, desde a elaboração até a execução. Nesse período que vai até 1973, se inicia o processo de concentração das companhias carboníferas; existiam nove empresas em atividade na região divididas em dois grupos: um grupo formado por companhias privadas e o outro grupo formado por companhias pertencentes ao governo federal. (2002, p.21).

As duas últimas fases que vão de 1973 com a “crise mundial do petróleo” e o golpe militar em curso, perduram com aumento significativo na produção até meados 1985, ano em que a produção atinge seu auge. “Neste ano, havia cerca de 15 mil trabalhadores nas minas, e a produção de carvão bruto atingiu mais de 19 milhões de toneladas, maior índice da história.” (CAROLA. 2002. p.23). No mesmo ano iniciaram os processos de redução dos subsídios ao carvão nacional, o que levou uma concorrência com o mercado externo, ocasionando uma queda significativa nas vendas do produto, agravadas pelos problemas ambientais.

Durante anos, entre altos e baixos, a atividade carbonífera esteve sempre presente na economia das cidades da região sul catarinense. As empresas investiram alto em infraestrutura, garantindo que todo o investimento tivesse um retorno. A maioria dessas empresas pertencia a empresários vindos de outros estados, ou se constituíam em sociedades mistas formadas por empresários locais e de fora do estado.

Aliada a esse crescimento, a oferta de trabalho atraía homens e mulheres de outros lugares. Famílias inteiras chegavam em caminhões de mudanças em busca uma vida melhor oferecida pela extração do “ouro negro”. Isso fez com que as empresas investissem em moradias, espaços que atendessem as necessidades dos operários/as das minas de carvão.

“As casas de madeira construídas pelas mineradoras foram pouco a pouco substituindo as casas de pau-a-pique², formando as Vilas Operárias.”(BERNARDO,COSTA, OSTETTO. 2002,p.105) . Esse modelo adotado era “o modelo capitalista vivenciado na Europa. Que mostra como tudo na vila operária pertencia à Companhia Mineradora.” (BERNARDO, COSTA, OSTETTO. 2002,p.105).

² Essas casas eram comuns nas localidades ocupadas pela mineração, construídas por particulares e alugadas posteriormente.

Além das casas, as vilas contavam com açougue, ambulatórios, armazéns, escolas, a sede administrativa da empresa, e posteriormente foram construídos os espaços de lazer – como os campos de futebol e as sedes recreativas. Cada uma dessas construções cumpria um papel fundamental para o funcionamento das atividades carboníferas: seja para extração ou escoamento, seja para controle e disciplinarização dos/as trabalhadores/as das minas.

2.1 A CARBONÍFERA SIDERÚRGICA NACIONAL – CSN E A FORMAÇÃO DA VILA OPERÁRIA DE RIO FIORITA.

Siderópolis, município vizinho de Criciúma também fez parte do desenvolvimento advindo da exploração do carvão. A cidade foi criada a partir dos núcleos da Colônia de Nova Veneza em 1891, período em que a Região Sul recebia um grande número de imigrantes italianos. Belluno pertencia à comarca de Urussanga sendo intitulada como Distrito de Nova Belluno em 23 de agosto de 1913(LEI Nº60/1913). Sua economia era baseada na agricultura, sendo substituída como o passar dos anos pela extração do carvão mineral que modificou a pequena colônia. Muitos agricultores eram obrigados a vender suas terras para dar lugar ao novo empreendimento econômico.

A exploração carbonífera na cidade de Siderópolis data de 1914, como aponta uma carta de Polydoro Santiago, de 21 de agosto de 1914 onde o agrônomo demonstra interesse sobre a utilização do carvão para forjas domiciliares feitas pelo ferreiro Pedro Genovez nos territórios de Belluno e Cresciuma. (BELLOLI, QUADROS, GUIDI, 2002.p.33). Porém, as transformações econômicas e urbanas na cidade se deram com a implantação das minas na região e a chegada da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN

Tanto as localidades de Capivari como de Nova Belluno eram pouco povoadas até a década de 1940. Com a construção da usina de beneficiamento e a unidade de mineração da CSN, começaram a chegar pessoas nas vilas em busca de emprego ou com intenção de montar um pequeno negócio. (MOARES; GOULARTI FILHO, 2011. p. 228).

Segundo Roseli Terezinha Bernardo (2002, p.397), “a CSN foi criada no Rio de Janeiro com o intuito de transformar em aço o ferro explorado em Minas Gerais,” sendo necessário utilizar o carvão produzido em Santa Catarina. Siderópolis

foi escolhida, pois atendia as necessidades da empresa naquele momento, assim a empresa se instalou no ainda distrito de Nova Belluno e ali estabeleceu todas as estruturas necessárias para atender as suas demandas e de seus engenheiros vindos do Rio de Janeiro, iniciando uma nova fase na produção de carvão.

A chegada da CSN faz com que a cidade ainda pequena sofresse grandes transformações, econômicas, urbanas e sociais. Segundo Carola, a carbonífera praticamente construiu uma nova cidade em Siderópolis, com uma infraestrutura que contrastava com a origem humilde das muitas famílias vindas da agricultura ou da pesca³. “Além das casas, havia armazém, açougue, clube recreativo, escola, posto de saúde, restaurante, hospedagem para “doutores”, engenheiros e autoridades governamentais, etc.” (2002, p.112).

A empresa oferecia melhores salários e suas vilas operárias eram melhores equipadas em relação a outras empresas. Logo a CSN se tornou um parâmetro para os demais trabalhadores e para as reivindicações do sindicato. Já para o meio ambiente a chegada da estatal foi devastadora⁴.

A extração de carvão intensificada pela presença CSN acelerou o processo de urbanização na cidade de Siderópolis.

Com a chegada da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional [...], por volta de 1941, surgiu a primeira mina de carvão (galeria) e a montagem da primeira escavadeira. Junto iniciou-se a construção, em massa, de casas operárias em Rio Fiorita. (SCAINI; MAGAGNIN; DUARTE, 200, p. 71).

Ao longo dos anos, a cidade foi crescendo, tudo girava em torno da CSN. Um exemplo da importância da instalação da empresa no município foi à mudança do nome da cidade. Foi em homenagem a Siderúrgica, que o distrito passou a denominar-se Siderópolis. A Lei municipal nº60 de 01/07/1913 criou o distrito com a denominação de Nova Belluno, subordinado ao município de Urussanga. Em 19/12/1958, através da lei estadual nº 380, foi desmembrado de Urussanga, elevando-se à categoria de município com a denominação de Siderópolis. (IBGE,2016)

Os territórios do jovem município de Siderópolis eram demarcados pelas estruturas do carvão e pela hierarquia das funções desempenhadas na empresa. A

³ Na cidade de Siderópolis as famílias viviam apenas da agricultura.

⁴ Com a mineração a céu aberto as marcas no meio ambiente ainda podem ser vistas atualmente. A extração do carvão comprometeu consideravelmente os lençóis freáticos da cidade.

cidade era dividida entre vilas onde moravam os engenheiros vindos do Rio de Janeiro e suas famílias, e a vila dos operários.

Um reflexo da Revolução Industrial no Brasil, as vilas operárias foram inicialmente construídas em São Paulo. “Na tentativa de solucionar o problema de habitação e da mão de obra, alguns industriais iniciavam a construção de vilas operárias junto às fábricas.” (VIEIRA, 2014. p.7)

Na cidade de Siderópolis o bairro Rio Fiorita foi escolhido pela CSN para abrigar a sede da empresa. Assim como a cidade, Rio Fiorita teve sua origem em 1891, a partir da chegada de imigrantes italianos trazidos pela Companhia Metropolitana de Colonização. Segundo Ronaldo David, historiador e antigo morador do bairro, a concessão para distribuição de lotes no local era de Ângelo Fiorita & Company, por isso o nome de Rio Fiorita. (DAVID, 2011. P 19-20) Muitas dessas famílias acabaram vendendo suas terras para a empresa carbonífera. Uns foram embora da cidade, enquanto outros ficaram para trabalhar na extração ou nas oficinas da estatal.

As vilas operárias contavam com uma estrutura bem específica para atender as necessidades dos trabalhadores/as. A vila operária do bairro Rio Fiorita foi projetada de maneira que os/as operários/as não precisassem sair dela para atender suas necessidades. Além das estruturas para atender os operários, a vila contava com edificações que atendiam a demanda da carbonífera CSN, como o prédio do Escritório, oficinas, laboratório, etc.

Na vila operária também foi construída uma caixa de embarque do carvão, que ainda hoje é utilizada por algumas carboníferas em atividade nas cidades de Siderópolis e Treviso. Com a construção de toda estrutura para lavagem e escoamento do carvão possibilita o aumento da produção, assim o transporte antes realizado por tração animal passou a ser feito por caminhões de grande porte sendo os mais conhecidos os “fenemês” da Fabrica Nacional de Motores – FNM. (DAVID, 2015, p.43) Posteriormente o transporte passa a ser feito através da ferrovia. A Malha ferroviária corta o município ainda hoje, transportando o carvão produzido nas minas ativas em Lauro Muller, Treviso e Siderópolis, para a usina de Capivari/SC.

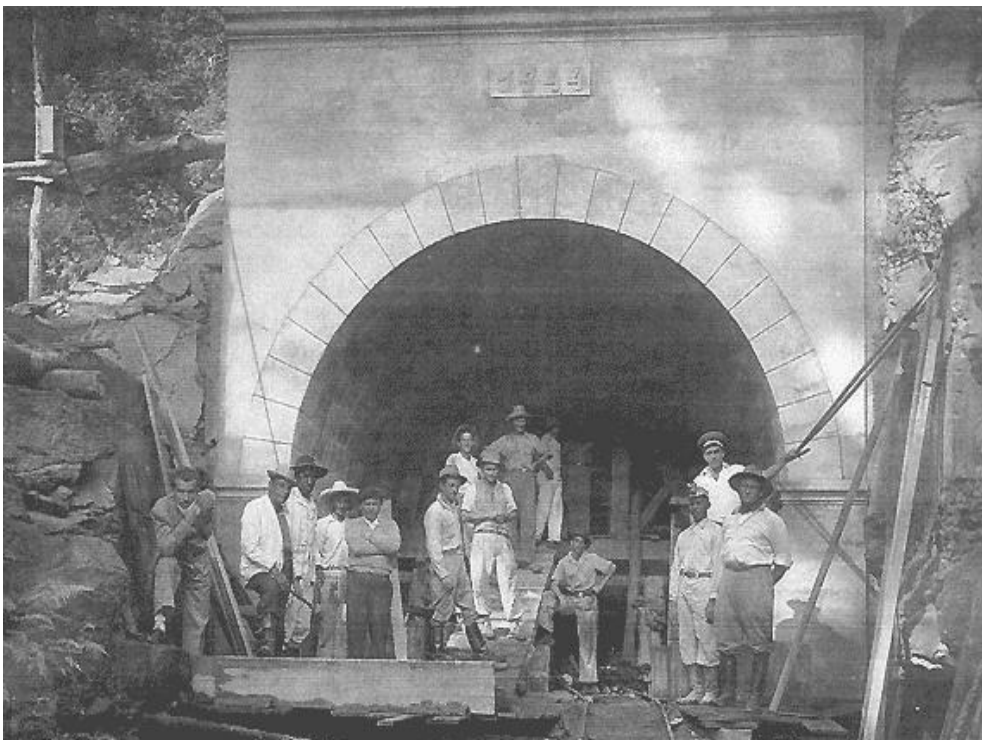
A ferrovia foi construída com autorização do Governo pela “Lei Imperial 740, de 20 de maio de 1874” e inaugurada em “01 de setembro de 1884” pela

companhia inglesa “The Donna Christina Railway Company Limited” com sede em Londres. Seguiu o seu primeiro carregamento em 09 de Fevereiro de 1886 para o porto de Laguna. Nos primeiros anos, sem muito sucesso a ferrovia era utilizada para transporte de passageiros. (BELOLLI, QUADROS, GUIDE, 2002. p.33)

Na cidade de Siderópolis, na década de 1942 com a doação das áreas da Carbonífera Metropolitana em Treviso/SC para a CSN, se inicia a construção de um ramal de extensão para escoamento do carvão produzido. Segundo o Jornal da Manhã de março de 1993, o ramal partiu do Km 112 do bairro Pinheirinho em Criciúma, passando ainda pelo atual distrito de Rio Maina. Construído pela empresa SOCIMBRA do Rio de Janeiro, o ramal contava com estações de embarque em Treviso e Belluno, atual município de Siderópolis.

Com de 12,4 mil metros de extensão, o ramal contava com um túnel que fica localizado na cidade de Siderópolis. Medindo 388,45 metros de extensão o túnel ainda faz parte da paisagem do município, e se tornou atração turística, por ser a única passagem subterrânea em toda ferrovia. A construção do ramal e do túnel foi essencial para o escoamento do carvão produzido pela CSN na região de Siderópolis e Treviso diretamente à usina de Capivari no município de

Tubarão. Figura 1 - Imagem do túnel em Siderópolis.



Fonte: Arquivo pessoal Macsuel de Bona (1943).

A CSN investiu muito para garantir o bom funcionamento da empresa, trouxe maquinário de ponta para extração de carvão. Uma das aquisições da carbonífera foi a máquina escavadeira Dragline Marion 7800, medindo 23m³ de caçamba e lança de 70m de comprimento a Marion foi responsável pela extração do carvão a céu aberto, e pela grande devastação deixada por onde passava. Foi o uso dessa tecnologia que fez com que a região de Siderópolis ficasse conhecida como “paisagem lunar”, uma referência aos estragos feitos pela máquina. “A Dragline Marion 7800 trabalhou no município de Siderópolis até a década de 90, onde causou uma devastação de aproximadamente de 1000 Ha de áreas férteis durante os 30 anos de exploração.” (LOPES, 2013)

Figura 2 - Máquina Marion S/D



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalssasso.

Figura 3 - Máquina Marion década 1980.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalssasso (1980).

No ano de 1991 com a queda do mercado carbonífero, a empresa deixou a cidade gerando uma crise que afetou a economia e a vida de quem dependia dela para o seu sustento. Com o fechamento da CSN, o município de Siderópolis buscou novas alternativas para sua economia, porém as marcas deixadas pela carbonífera

estão por todos os lados, seja na devastação ambiental, seja nas suas estruturas, ambas deixadas como herança dos 50 anos de exploração.

No bairro Rio Fiorita, a empresa deixou todas as estruturas que foram construídas, essas estruturas foram entregues à prefeitura municipal em regime de comodato, conforme consta na Lei Nº 850/91 onde ficou estipulado que:

O chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a firmar Contrato de Comodato, a título gratuito, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, para a utilização do Recreio do Trabalhador, Jardim de Infância, Campo de Futebol, Ambulatório, Clube União Mineira, Escritório e Portaria, todos localizados no Bairro Rio Fiorita, neste Município (Lei Nº 850/91, 02 de agosto de 1991).

Esse contrato teria validade por 30 anos. Ainda na lei outorgada pelo então prefeito José Antônio Périco, consta que esses bens citados acima, deveriam ser destinados a serviços como saúde, atividades esportivas, lazer, atividades escolares e ainda para instalação de indústrias, respeitando as características dos imóveis. (LEI nº 850/91 art.2º) Segundo o ex-prefeito Douglas Gleen Warmling, que na época era vereador, no ano de 1997, esses prédios foram definitivamente comprados pelo município, por um valor simbólico de R\$ 1,00⁵. Os pavilhões onde funcionavam as oficinas e almoxarifado foram doados a empresas no intuito de gerarem novos empregos. Já a portaria do escritório e o ambulatório registram suas doações à Associação de Moradores do Bairro Rio Fiorita. Alguns prédios citados na lei acabaram ruindo pela ação do tempo, falta de manutenção e de uso dos espaços.

Todas essas estruturas deixadas pela CSN se constituem como importantes evocadores de memórias coletiva e referencial identitário da comunidade do bairro Rio Fiorita e da própria cidade de Siderópolis, pois fizeram e ainda fazem parte da história desse município.

⁵ Entrevista realizada com Douglas Gleen Warmling, concedida a Elaine Rodrigues em 03/fev/2016.

3 AS ESTRUTURAS DO CARVÃO NUMA PERSPECTIVA PATRIMONIAL

A definição de patrimônio que conhecemos é muito ampla e ainda hoje possibilita diferentes interpretações. De modo geral, os patrimônios podem ser apresentados como um conjunto de bens que se referem à história e cultura de uma determinada sociedade e que são transmitidos de geração em geração. Estão relacionados às memórias e, por vezes são considerados elementos identitários de um determinado grupo ou sociedade.

Os patrimônios nos possibilitam conhecer aspectos de uma sociedade contemporânea ou não, sua maneira de viver e se relacionar. Para Marly Rodrigues, os patrimônios culturais são:

Remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõe a identidade coletiva. (RODRIGUES, 2009. p.17)

A partir da Revolução Francesa em 1790 se iniciou um movimento de proteção aos monumentos arquitetônicos. Em 1837 foi criada a Comissão dos Monumentos Históricos na França, que foram divididos em três grandes categorias - vestígios da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. A partir da segunda guerra mundial esses patrimônios multiplicaram dez vezes e já não se voltavam apenas à arte erudita, mas evidenciavam conjuntos de edificações urbanas, aldeias, bairros. (CHOAY, 1999, p.12).

Durante décadas, vários documentos com o intuito de inventariar e salvaguardar os patrimônios históricos foram elaborados. Entre eles a “Carta de Atenas” (1931) e a “Carta de Veneza”(1964) de 19 de novembro de 1964, que traz um novo olhar aos bens que devem ser preservados.

Segundo a carta de Veneza,

O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo.(1964,p.1)

As cartas de Atenas e Veneza⁶ também norteavam as noções de preservação dos monumentos históricos no Brasil. Aqui na década de 1920 havia um esforço em proteger e valorizar o patrimônio nacional, por meio de produções de intelectuais modernistas como Mario de Andrade e em projetos do arquiteto Lucio Costa, do movimento neocolonial. Porém, só em 30 de novembro de 1937, foi assinado por Getúlio Vargas o Decreto-lei nº 25, onde é criado o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional – SPHAN. Nele ficava definido o patrimônio histórico e artístico nacional como um conjunto de bens móveis e imóveis, cuja conservação deve estar ligada ou aos fatos memoráveis da história do Brasil ou por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico e seu valor seria reconhecido através dos registros nos livros tomo. (RODRIGUES, 2009, p.20).

Podemos perceber que inicialmente a preservação do patrimônio cultural no Brasil tinha o intuito de fortalecer uma identidade nacional, que geralmente era marcada pela classe dominante. A escolha dos bens considerados patrimônios pelo SPHAN privilegiava os antigos fortes, engenhos e igrejas, com destaque para arte Barroca. Segundo Pedro Paulo Funari, no Brasil, o cuidado do patrimônio sempre esteve a cargo da elite, cujas prioridades tem sido tanto míopes como ineficazes. (2001, p.32) A ideia de patrimônio era representada pela “sacralização da memória em pedra e cal” (NOGUEIRA, 1995) e voltada a uma tradição europeia. Segundo Antônio Augusto Arantes, “o patrimônio brasileiro preservado oficialmente, mostra um país distante e estrangeiro, apenas acessível por um lado, não fosse o fato de que os grupos sociais reelaboram de maneira simbólica.” (1990, p.4).

A partir da constituição de 1988, ocorreram mudanças significativas que contribuíram para a noção de patrimônio cultural, uma delas é o direito a memória. Segundo José Ricardo Oriá Fernandes,

Uma leitura analítica do texto constitucional permite-nos elencar os seguintes princípios: a construção da memória plural, a diversidade de instrumentos de preservação, a municipalização da política patrimonial e a multiplicidade de sujeitos/atores na defesa do patrimônio cultural. Esses princípios propiciam, na prática, a construção de uma política cultural para o

⁶ As Cartas Patrimoniais são documentos definem medidas para ações tanto burocráticas quanto para preservação, manutenção e restauro de um bem patrimonial. São elaboradas por especialistas e são constantemente complementadas.

patrimônio que enseje o exercício da cidadania a todos os brasileiros.(
FERNANDES, S/D, p.3)

Ainda segundo Fernandes “pela primeira vez na história constitucional do País, passou-se a falar em direitos culturais [...] permitindo à sociedade a reivindicação do acesso aos bens culturais como expressão maior da Cidadania.” (S/D, p.3)

Em Santa Catarina foi a partir do decreto-lei nº 25/1937 poucos bens foram tombados até 1974 em relação aos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, já que “os tombamentos federais privilegiaram, naquele período, a herança arquitetônica da dominação portuguesa, em combinação com o esplendor barroco”. (GONÇALVES, 2012, p.2).

Segundo Janice Gonçalves de 1974 até 1993, o Departamento de Cultura do estado fez algumas adaptações na Lei Federal, no que dizia respeito à história do estado, com uma preocupação voltada aos bens religiosos, porém sem mudanças expressivas. A partir da lei n.9.342 de 14 de dezembro de 1993 os tombamentos passaram a ser responsabilidade da Fundação Catarinense de Cultura – FCC, nesse sentido buscou-se “valorizar” o patrimônio ligado ao folclore e o patrimônio documental, abrangendo também monumentos naturais, sítios e paisagens. O problema é que as narrativas históricas evidenciadas nesse processo acabaram legitimando uma cultura voltada processos migratórios representados na sua maioria por italianos, açorianos e alemães. (2012, p.3) Nesse sentido os registros de bens culturais acabavam por negligenciar as memórias relacionadas às culturas de uma parte da sociedade que estava à margem, como a africana e indígena. Vale ressaltar que os monumentos preservados estão associados aos feitos e a produção cultural da classe dominante, raramente a história dos dominados é preservada. (DURHAM, 1984, p.33).

A partir do levantamento dos bens imateriais, as discussões e a noção de patrimônio se ampliaram. As memórias relacionadas às populações e grupos sociais antes ausentes passam a ser reconhecidas como patrimônios culturais. Neste sentido:

Percebemos também dentro das designações do que é material e do que é imaterial, a necessidade de aproximarmos essas duas categorias até que se perceba que uma está intrinsecamente ligada à outra, como se uma estivesse dentro da outra [...] Ambas completamente impregnadas

mutuamente, do valor, da expressão e da apropriação de todo o ambiente que obviamente necessita igualmente da construção física, assim como da construção expressiva, artística, do modo de fazer, de dançar, de ouvir, de falar, de costurar, de criar a certa panela de barro, de arrastar os pés na roda de samba, de fazer queijo branco, de bordar, de guardar os barcos etc (WEISNTEIN, 2009, p.4).

Assim, todos os bens edificados ou não assumem importantes significados por fazerem parte da memória coletiva de determinado grupo, pois refletem a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do espaço. Mas isso não garante de forma efetiva a sua salvaguarda. Para Marly Rodrigues,

A perspectiva de patrimônio como parte integrante da memória social também o ressaltaria como um campo de conflito simbólico da sociedade, no qual se registra o jogo memória/esquecimento, em geral vencido pelos seguimentos sociais dominantes, que podem impor sua memória como a de toda a sociedade. (RODRIGUES, 2001, p.18).

Mesmo com todas essas medidas para registro e salvaguarda precisamos ter em mente que os patrimônios culturais estão sempre em processo de transformação o que torna indispensável seu uso, sua conservação, sua preservação. Hoje o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é responsável por “proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras”.⁷

Também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003.⁸

Assim podemos afirmar que os patrimônios são evidenciados por seu valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo. Podem evocar diversas memórias e assumir diversos papéis, e assim (re) significar seu valor identitário, valores estes que estão diretamente ligados ao sentimento de pertencimento a eles relacionado. São de certa forma, guardiões do passado o que legitima sua

7 Portal IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>> Acesso em: 23/Out/2016

8 Idem.

importância, porém esse passado apenas terá sentido se relacionado com o tempo presente.

A preservação das memórias relacionadas aos bens patrimoniais se efetiva através de ações educativas que se fazem não somente necessárias, mas essenciais para sua compreensão e salvaguarda. Segundo Janice Gonçalves, quando pensamos em ações educativas acerca do patrimônio cultural, observa-se duas concepções fundamentais, “uma que vincula as ações educativas à necessidade da proteção ou defesa do patrimônio cultural” e “a concepção que articula tais ações educativas à valorização ou ao emponderamento de determinados grupos sociais por meio do reconhecimento do patrimônio cultural a eles associados.” (GONÇALVES, 2012, p.84) É a partir dessas concepções, além do reconhecimento e estima pelos bens patrimoniais, que se busca através de ações sua preservação.

Todo homem tem direito ao respeito e aos testemunhos autênticos que expressam sua identidade cultural no conjunto da grande família humana; tem direito a conhecer seu patrimônio e o dos outros; tem direito a uma boa utilização do patrimônio; tem direito de participar das decisões que afetam o patrimônio e os valores culturais nele representados; e tem direito de se associar para a defesa e para a valorização do patrimônio. (RODRIGUES, 2001, p.23).

Neste sentido, devemos estar em constante aprofundamento sobre a importância que o patrimônio cultural vem adquirindo ao longo de várias décadas e como sua permanência e apropriações dependem de ações que reverberem tanto na sua salvaguarda quanto da formação da sociedade em que vivemos. Para isso é imprescindível à participação ativa da comunidade, pois é a partir dela que serão encontrados meios para manutenção e valorização desses patrimônios, pensando em uma educação patrimonial pautada na cidadania.

3.1 REFLETINDO SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

O Patrimônio Industrial é um conceito relativamente novo comparado às discussões acerca do patrimônio cultural. O contexto da Revolução industrial e o desenvolvimento a partir das produções em grandes quantidades favoreceu um crescimento considerável não apenas de edifícios, mas de uma infraestrutura necessária para atender as demandas dos processos de produção. A lógica do

progresso a partir do desenvolvimento industrial ganhava força, inicialmente na Europa, dando origem aos modelos industriais também presentes no Brasil. Nesse período também data a utilização do carvão mineral como combustível em navios e trens a vapor, uma marca da revolução industrial.

A partir da segunda metade do século XX, mais precisamente após a segunda guerra mundial, a destruição de muitas fábricas desencadeou na Inglaterra um movimento protecionista relacionado ao patrimônio industrial. Para Beatriz Mugayar Kühl, a partir dos anos 1960 a preocupação com o “legado do processo industrial” tornou-se “sistemática”, principalmente pela destruição de edifícios considerados significativos. (2010, p. 24).

Segundo Graciela María Viñuales,

Para alguns a presença industrial estava cheia de ilusões de progresso, com suas chaminés fumegantes e as multidões que ali trabalhavam. Mas para outros estava rodeada de ruídos e sujeira. Para aqueles que amavam as arquiteturas clássicas, estas construções não tinham nenhum atrativo, e até era quase certo que nem sequer as viam como verdadeira arquitetura, senão como “mera construção”. (2007, on line)

A salvaguarda desses bens relacionados à produção industrial também foi ganhando força à medida que os métodos tradicionais de trabalho industrial foram sendo substituídos por novas tecnologias, tornando os modelos de produção da época atrasados. (FERREIRA. 2009, p.22).

Apesar da Carta de Veneza (1964) incluir o patrimônio industrial em seu texto “mencionando que as marcas dos ofícios comuns poderiam vir a ganhar significado ao longo do tempo” (MENEGUELLO, 2011, p.1821), apenas em julho 2003, o TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial) aprovou em assembleia Geral a carta de Nizhny Tagil, voltada exclusivamente ao patrimônio industrial e que posteriormente, foi aprovada pela UNESCO.

Segunda a Carta de NizhnyTagil,

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se

desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.(2003,p.3)

A historiadora Cristina Meneguello afirma que devemos considerar três pontos importantes quando pensamos em patrimônios industriais. Em primeiro lugar a importância da preservação da memória do trabalho e dos trabalhadores dentro e fora das rotinas de produção; em segundo a preservação dos acervos relacionados a esses patrimônios: os documentos, maquinário, ferramentas, peças de reposição, instrumentos de precisão, manuais e revistas técnicas especializadas, incluindo os acervos artísticos que representam a atividade industrial a partir de fins do século XIX. E por último a importância das arquiteturas, “os bens edificados como a prova mais evidente e sensória da importância da indústria em dados períodos históricos.” (2011, p.1819-1820). Neste sentido, podemos perceber a relevância de preservar não apenas os bens edificados, mas também as memórias relacionadas a esses bens, os saberes da rotina de trabalho, as práticas e relações sociais que se davam a partir dessa rotina e fora dela.

Inicialmente, era inventariado um grande número de edifícios, máquinas e equipamentos, mas segundo Caradini “o que se deve estudar não são as coisas, mas sim homens e relações sociais, a partir dos seus meios materiais de subsistência e produção” (1979, p. 249 apud MENEGUELLO, 2011, p. 1823).

Relacionados aos processos industriais, esses patrimônios evocam diversas memórias, e são “testemunhos de mudanças culturais” (FERREIRA, 2009, p.23). Eles fazem parte de uma memória social e uma memória mutável, que são ressignificadas com o passar do tempo. “O patrimônio industrial permite a elucidação da transmissão de um saber técnico. Ele permite estabelecer hoje um elo entre as formas de produzir – o que envolve homens/mulheres e máquinas – e a cultura.” (MELLO; SILVA, 2006, p.1).

Para Cristina Meneguello o que torna o “patrimônio industrial peculiar é ser entendido como processo e como encontro e confronto entre homem, máquina e técnica”. Um agravante é o problema relacionado à preservação desses bens, levando em conta a “dimensão das estruturas industriais” e a “falta de glamour” presentes na sua arquitetura. Diferentes dos grandes casarões dos barões do café e

dos grandes teatros, enfatizando que esses locais, ao menos parte deles deveriam remeter ao mundo do trabalho, às técnicas e rotinas de produção industrial.⁹

Preservar esses bens nos possibilita compreender também as relações de trabalho estabelecidas no período industrial, relações de poder por meio das memórias desses trabalhadores/as. Isso se torna explícito na Carta de Nizhny Tagil, onde é evidenciado que:

O patrimônio industrial representa o testemunho de atividades que tiveram e que ainda tem profundas consequências históricas. As razões que justificam sua proteção decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais.¹⁰

Assim podemos perceber que o patrimônio industrial é destacado pela sua repetição. As indústrias fabris, geralmente eram marcadas por seus grandes galpões e suas linhas de produção muito parecidas umas com as outras. Esses modelos estavam presentes nas revistas de engenharia e eram copiados. É essa a beleza do patrimônio industrial, onde a arquitetura é de massas, repetitiva e funcional.¹¹

Neste sentido, podemos evidenciar que esses elementos que definem o patrimônio industrial, se fazem presentes na região carbonífera. A exemplo das grandes produções fabris, a funcionalidade das linhas de produção do carvão mineral são repetitivas. Era o modelo utilizado desde a revolução industrial na Europa para extração do carvão e que foi empregado na cidade de Criciúma e região desde a década de 1915, com a intensa exploração do carvão.

Assim como no modelo europeu, foi construída a estrada de ferro que servia tanto para escoamento do carvão produzido quanto no transporte de passageiros. Estruturas como oficinas, galpões e escritórios, e as vilas operárias com seu conjunto arquitetônico peculiar foram surgindo à medida que o empreendimento econômico crescia, reverberando uma nova dinâmica social.

Como explicitado no capítulo anterior, nas vilas operárias eram construídas, além das casas, toda uma estrutura que serviria para “controlar” os operários dentro e fora das fábricas. Este conjunto de edificações que pertencia a

⁹ MENEGUELLO & RUBINO (2005). Preservação do patrimônio industrial no Brasil. Entrevista concedida a Maria Cristina Schicchi. Revista Ócolum Ensaios, PUC-Campinas.

¹⁰ Idem

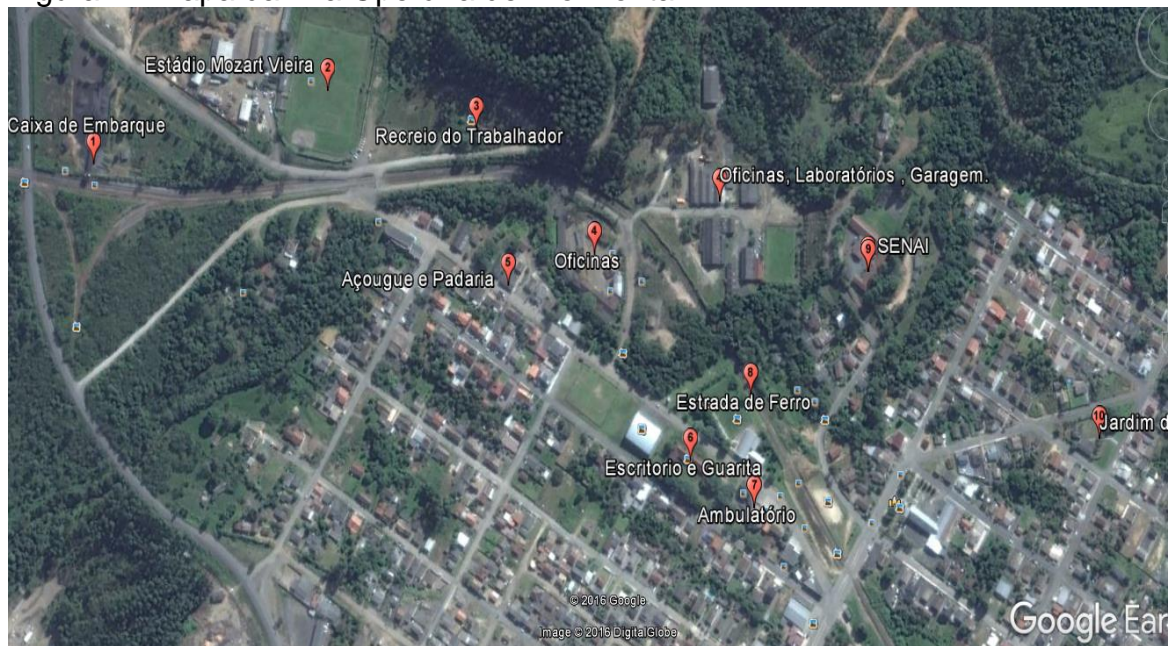
¹¹ MENGUELLO, Cristina. Conferencia: Outros Patrimônios. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iW5DJt18evQ> Acesso: 21/Out/2016.

CSN está presente ainda nos dias de hoje no bairro Rio Fiorita em Siderópolis. No lugar podemos observar o movimento da estrada de ferro, que corta o município desde a década de 1944 quando foi inaugurado o Ramal, os prédios onde funcionavam as oficinas e o laboratório da Companhia. Também fazem parte desse conjunto o prédio onde funcionava o Escritório e a Portaria ou guarita, o Ambulatório, a padaria, jardim de infância, grupo escolar, clube recreativo, o estádio de futebol que era muito recorrente nas carboníferas e as casas geminadas como demonstrados no mapa.

Estruturas da CSN presentes no bairro Rio Fiorita:¹²

- 1- Caixa de embarque;
- 2- Estádio Mozart Vieira – ITAÚNA ATLÉTICO CLUBE;
- 3- Clube Recreio do Trabalhador;
- 4- Prédio das oficinas, almoxarifado, laboratório e garagem;
- 5- Açougue e Padaria;
- 6- Escritório e guarita;
- 7- Ambulatório;
- 8- Estrada de Ferro;
- 9- Grupo escolar SENAI;
- 10 - Jardim de Infância.

Figura 4 - Mapa da Vila Operária de Rio Fiorita.



Fonte: Google Earth.

¹² Em anexo segue algumas fotos das estruturas.

A carta de Nizhny Tagil aponta que a importância do patrimônio industrial está no seu valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns. Assim não apenas o conjunto arquitetônico construído a partir da industrialização proporcionada pela CSN e que compõe a antiga vila operária de Rio Fiorita, mas as práticas sociais criadas a partir dessa industrialização e que acabaram sendo ressignificadas com o passar do tempo por esses homens e mulheres no seu cotidiano, podem ser caracterizadas na perspectiva do patrimônio industrial, e é nesse sentido que darei continuidade apresentando algumas dessas estruturas, seu estado de conservação e a importância da sua salvaguarda para preservar as memórias do lugar.

4 O CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES PRESENTES NA VILA OPERÁRIA DE RIO FIORITA.

Na perspectiva do patrimônio industrial, as memórias do trabalho estão evidenciadas não apenas processo produtivo, mas nas relações cotidianas vivenciadas nos espaços de trabalho e fora dele. Nesse caso específico do bairro Rio Fiorita, abordaremos os conflitos atuais que reverberam diversas disputas por algumas dessas edificações. Identificando seus usos iniciais e quais os usos que a comunidade atualmente oferece a elas. O que nos possibilita refletir como essas estruturas são compreendidas e rememoradas ainda nos dias de hoje.

Como apresentado no primeiro capítulo, o Bairro Rio Fiorita se originou a partir da chegada da primeira leva de imigrantes italianos e se transformou com a chegada da CSN e a construção do conjunto de edificações que ainda estão presentes na memória e no cotidiano dos moradores.

A fundação da estatal na década de 1940 refletia o momento de desenvolvimento nacional e de um intenso processo de industrialização. Legitimado pelo governo de Getúlio Vargas que

Procurava criar uma nova concepção de relação entre o Estado e a classe trabalhadora. Ideais esses que foram incorporados no processo de criação e implantação da CSN. Por isso, o projeto tinha um determinado padrão de planejamento, uma espécie de modelo de gestão urbano-industrial. Assim, a empresa estava presente em todas as esferas da vida de seus operários. (ARAUJO, 2015, p.2).

Neste sentido, Rio Fiorita a exemplo da vila operária construída em Volta Redonda no Rio de Janeiro, que segundo Araújo foi pensada e estruturada a partir do modelo de “cidade industrial do arquiteto” francês Tony Garnier, adaptado pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima ao “autoritarismo populista de Getúlio Vargas”. O objetivo era a construção de uma cidade modelo, com um planejamento residencial evidenciando a “hegemonia dos mais graduados na empresa.” (ARAUJO, 2015, p.3).

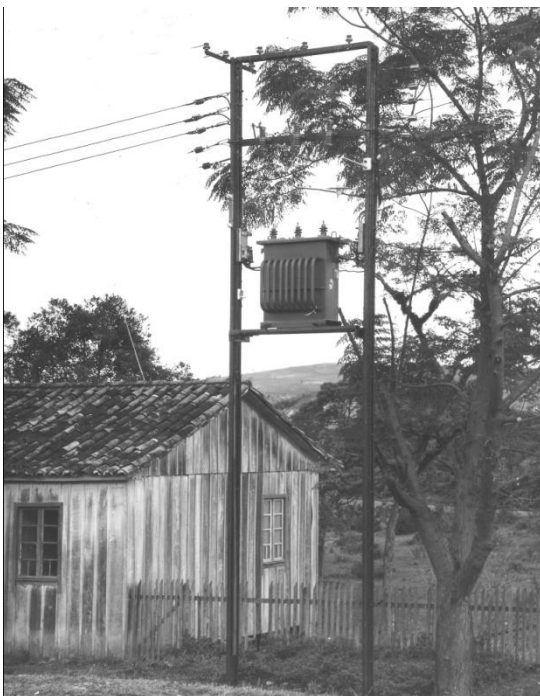
Nesse modelo aplicado nas Vilas operárias da CSN podemos evidenciar uma disposição hierárquica analisando a construção de “casas de alvenaria para administradores e engenheiros, em Vilas especialmente para esse fim, e em todo Rio Fiorita, casas de madeiras para todos os demais funcionários.” (DAVID, 2015, p.29).

A dinâmica das vilas operárias da CSN era elaborada para garantir o controle dos operários dentro e fora do local de trabalho. Assim a construção de escolas, armazém, ambulatório, foi essencial para atender as necessidades da estatal.

A estrutura da vila operária reproduzia a estrutura disciplinar da usina, com arranjo espacial que representava essa ordem, havendo com isto, um duplo controle dos trabalhadores configurando uma verdadeira company-town. (CALIFE, 2000; MOREIRA, 2000; FONTES e LAMARÃO, 2006; PIQUET, 1998, apud, ARAÚJO, 2015, p.4).

As ruas eram diferenciadas por números. No ano de 1944 chegaram a 39 ruas, algumas ainda hoje são identificadas por números. Segundo Ronaldo David, a vila operária de Rio Fiorita foi arquitetada ao longo do rio que corta o bairro e que possibilitou a construção de uma usina para gerar energia e duas subestações, o que tornava o bairro o único lugar além da cidade de Criciúma a ter energia elétrica no sul de Santa Catarina, com o diferencial de que em Rio Fiorita, todas as casas e edifícios construídos pela CSN possuíam energia. (2015, p.39)¹³

Figura 5 - Transformador Rua 08. Data: 27 de setembro de 1955.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalssaso (1955).

¹³ Segundo o autor, Urussanga também dispunha do serviço, porém eram precários.

Nesse período que vai de 1944 até 1947, o bairro Rio Fiorita, segundo relatos, chegava ser maior que o distrito de Siderópolis. “De 1942, quando tinha apenas umas 190 pessoas, Rio Fiorita passa progressivamente em 1944 para 600, e em 1950, para aproximadamente 1800 residentes no local” (DAVID, 2015,p.64) Um dos motivos desse crescimento eram as condições de trabalho proporcionadas pela empresa, considerada uma das melhores do setor carbonífero, além de toda assistência social que realizava desde a distribuição de cestas básicas até assistência médica e contava com dentista, farmácia e um ambulatório muito bem equipado. (DAVID, 2015, P.71)

Também foi a CSN que disponibilizou um serviço de educação gratuito e de melhor qualidade, com a construção da primeira escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que tinha como objetivo maior a formação de mão de obra especializada. (idem, 66)

Figura 6 - Escola do SENAI.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalssaso.

Ao longo de 50 anos a CSN marcou a vida de quem dependia da empresa. Após seu fechamento 1991, todas as estruturas construídas para atender as necessidades da estatal e compor a vila operária de Rio Fiorita foram entregues a Prefeitura Municipal e desde então são alvo de diversas disputas, seja pela sua posse, seja pelas memórias que elas representam.

Neste último capítulo apresento duas dessas estruturas que reverberam essas memórias e conflitos até hoje. São elas, o antigo Escritório da CSN e o Clube Recreio do Trabalhador.

As outras estruturas ainda presentes no local, apesar de apresentarem a mesma importância hoje estão destinadas a outros fins, diferente do Recreio do Trabalhador e do Escritório ambos em completo abandono.

O Estádio Mozart Vieira, campo do ITAÚNA Atlético Clube recebe ainda que pouco, alguns reparos por parte da prefeitura municipal. O antigo Ambulatório assim com a guarita do Escritório está sob responsabilidade da Associação de Moradores do Bairro, ambos estão em bom estado de conservação, no Ambulatório funciona uma farmácia e a outra parte recebe o clube de mães, já na portaria ou casa do guarda, a associação fez sua sede onde acontecem reuniões. O antigo prédio do SENAI, hoje pertence ao estado, e ali funciona a Escola de Educação Básica Tullo Cavallazzi desde 21 de Janeiro de 1956.¹⁴ O Jardim de Infância passou a ser responsabilidade da prefeitura a partir de 1991, hoje faz parte da rede municipal de escolas. Os prédios das oficinas foram entregues a outras empresas, como mencionado anteriormente. No prédio onde ficavam a padaria e o açougue hoje funciona uma oficina mecânica.¹⁵

Neste sentido, percebemos que com o passar do tempo à comunidade se adaptou a nova realidade o que possibilitou os novos usos a esses locais que foram apropriados conforme suas necessidades.

4.1 MEMÓRIAS E DISPUTAS: ESCRITÓRIO DA CSN E RECREIO DO TRABALHADOR.

Após anos de intensa exploração do carvão e de mudanças expressivas principalmente no bairro de Rio Fiorita, a CSN ao encerrar as atividades fecha um ciclo de trabalho e prosperidade econômica, deixando para trás um alto índice de desemprego e toda uma estrutura que ao longo desses anos refletem além das memórias desse período industrial carbonífero, várias tensões e disputas pela posse de alguns prédios.

¹⁴ Decreto nº905 de 21 de Janeiro de 1956

¹⁵ Fotos dos edifícios em anexo.

Essas disputas ocorrem principalmente em torno do prédio do Clube Recreio do Trabalhador e do antigo Escritório da CSN o que evidencia a importância dessas edificações para as entidades locais. Esses interesses em torno desses bens visavam tanto à sua preservação e de suas memórias quanto interesse econômico, já que esses bens estão em espaços privilegiados da cidade.

Entre os grupos interessados podemos citar a Sociedade Amigos de Siderópolis, uma associação formada por moradores e ex-moradores da cidade de Siderópolis, a Associação de Moradores do Bairro Rio Fiorita e o Sindicato dos Mineiros da cidade de Siderópolis, cada qual com objetivos específicos para o uso dessas estruturas.

O Escritório da CSN, segundo o documento do 2º Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma Estado de Santa Catarina, Matrícula 6.010 de 30 de agosto de 1999, está situado na Rua 10 no bairro Rio Fiorita cidade de Siderópolis e é composto por uma área territorial de 3.936 m² tendo no local duas construções de alvenaria, uma com 675,37m² e outra com 41,22m² que correspondem ao prédio do Antigo escritório da CSN e a casa do guarda. Neste documento consta a doação desses referidos bens à prefeitura Municipal de Siderópolis, lavrada no dia 21 de agosto de 2000, livro nº61 as fls.137 à 139, conforme documento.

O lugar escolhido para a construção do prédio, com certeza era estratégico, como podemos observar na imagem a baixo, o Escritório fica localizado em uma área privilegiada e mais alta da vila operária, uma representação simbólica de centralização de poder. Foi construído com o objetivo de centralizar toda a demanda burocrática da siderúrgica. No local eram executados os serviços administrativos da empresa, como serviços relacionados aos setores financeiros, comerciais e principalmente toda a parte de departamento de pessoal desde o fichamento até a demissão dos trabalhadores da companhia. Com o tempo passou a ser conhecido pelos operários como Escritório.

Figura 7 - Vista do escritório da CSN, abaixo o prédio das oficinas. Data: provável década de 1960.



Fonte: Arquivo Pessoal Rogério Dalssasso (1960).

Figura 8 - Frente do Escritório, Sem datação.



Fonte: Arquivo Pessoal Rogério Dalssasso.

Após a saída da CSN, o prédio foi cedido para algumas empresas, na tentativa de gerar novos empregos. Primeiro para empresa de calçados Crisul¹⁶, atuando por alguns anos, posteriormente o prédio foi cedido a uma empresa de reciclagem que também acabou fechando deixando o local completamente abandonado.

Figura 9 - Antigo Escritório da CSN, 2015.



Fonte: Arquivo Pessoal (2015).

No ano de 2010 o então prefeito Douglas Gleen Warmeling¹⁷ tombou o prédio como patrimônio histórico cultural pela Lei municipal Nº 1.906 de 23 de Novembro de 2010. Em entrevista o ex-prefeito relembra que o tombamento tinha o intuito de agilizar a execução de um projeto que faria do local um centro de múltiplos usos, porém não chegou a ser executado. Ainda conforme o ex-prefeito o tombamento foi necessário,

Porque era na verdade é um patrimônio histórico, né. É um patrimônio que tem muita identificação com o município de Siderópolis, com a história da mineração de Siderópolis. E aí nós começamos, começamos a trabalhar em Brasília, e trabalhar... pra tentar buscar esse recurso. Eu me lembro perfeitamente que o Escritório da CSN a gente conseguiu fazer um projeto, encaminhar, mas não, o governo Federal, nunca viabilizou esse recurso pra nós.¹⁸

¹⁶ Indústria de Calçados local.

¹⁷ Douglas Gleen Warmmiling foi eleito em 2004, com mandato entre 2005/2008 e reeleito em 2008, mandato 2009/2012.

¹⁸ Entrevista com Douglas Gleen Warmling concedida à Elaine Rodrigues no dia 03 de Fevereiro de 2016.

Hoje o espaço é utilizado por usuários de drogas e para prostituição, sendo alvo de muitas críticas por parte dos moradores do bairro que buscam através da associação de Moradores uma solução urgente para o problema, suscitando uma discussão sobre a possível demolição para a construção de uma área de lazer.

O Sindicato dos Mineiros é uma das entidades que buscou obter a posse do Escritório. Segundo moradores, o sindicato também solicitou junto a prefeitura a doação do prédio. O objetivo era construir no local um complexo com museu do carvão, biblioteca e outros usos do próprio sindicato.

A associação dos Moradores acabou se posicionando contra a doação. Para eles o prédio deveria ser entregue ao sindicato somente na condição do mesmo disponibilizar três salas para uso da associação de moradores. Para o ex-prefeito Douglas,

O projeto da prefeitura, que nós fizemos, ele contempla várias salas o Sindicato, não precisaria nem entrar nessa disputa, não precisa o sindicato pegar tudo pra ele, se ele quer fazer um museu, que eu acho importante, interessante, disponibilizar um ambiente, porque é grande lá, é muito grande, mas a comunidade precisa também utilizar aquele espaço pra ela, [...] foram cedidos dois espaços, um do Antigo Ambulatório e outro onde se faz as reuniões da associação, que é pequeno assim pra uma associação, porque lá estava previsto um espaço um ambiente pra daqui a pouco fazer um aniversário, um casamento, tem um projeto muito legal.¹⁹

O Sindicato recebeu em doação uma área localizada em frente ao Escritório da CSN conforme estipulado na Lei Nº 1.507 de 19 de maio de 2004. Nessa área, o Sindicato possui sua sede e Associação dos Mineiros, esse é um dos fatores que faz com que alguns moradores do bairro sejam contra a doação de mais uma área para o sindicato.

Se o sindicato tivesse a intenção de dizer assim tem uma sala pra vocês, o clube de mães, ou coisa parecida, mas o sindicato também não falou assim, por isso que associação foi contra, o que adianta o sindicato pegar e pouca demora a gente ter que ir lá e pagar, se é da comunidade, então eu acho que as coisas não foram bem esclarecida.²⁰

Para uma das representantes da associação de moradores

¹⁹ Idem

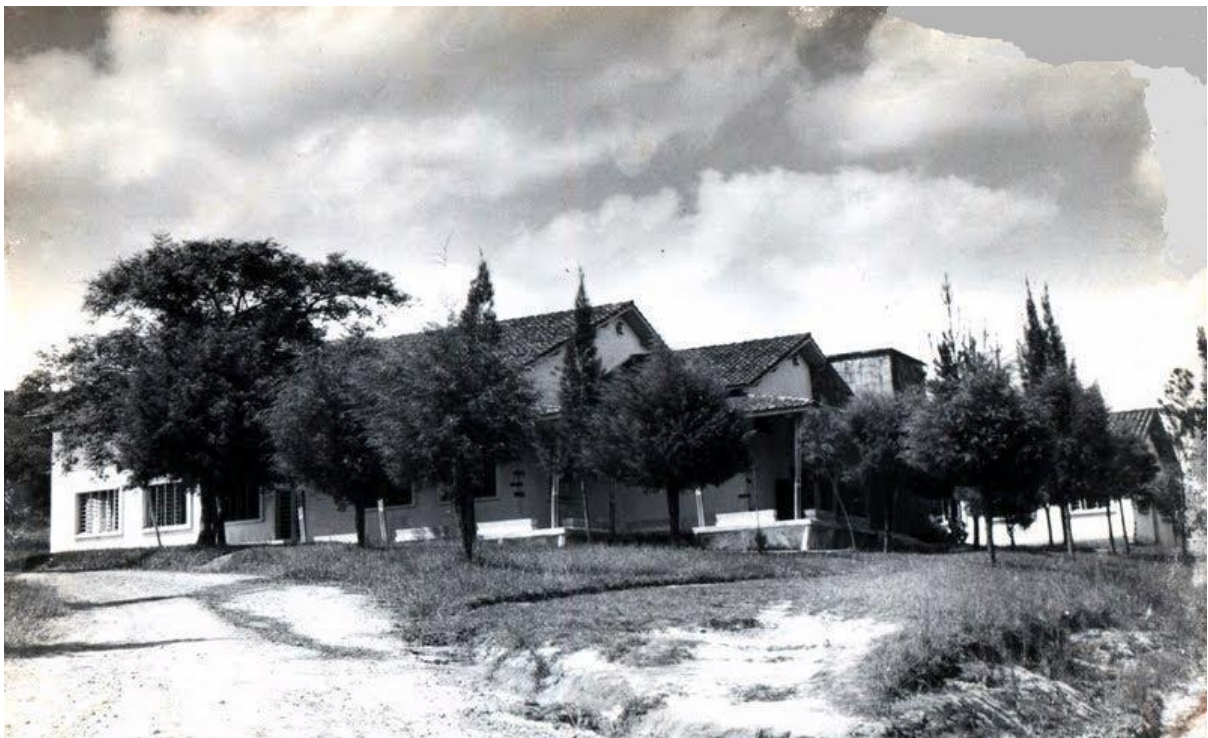
²⁰ Entrevista realizada com João Augusto, concedida à Elaine Rodrigues no dia 22 de março de 2016.

A questão do Escritório é um impasse [...] eu lamento muito mesmo, tá ali como prostituição e um centro de drogas e as autoridades do município pouco fazem, para arrumar para dar atenção pra aquilo ali. O sindicato dos mineiros ia pegar mas pra que? Pra fazer um Museu, uma biblioteca e uma sala que só eles podiam usar a comunidade não tinha acesso, teria acesso no Museu e na Biblioteca, mas nós queremos um centro comunitário que nós não temos, a 3ª idade e o clube de mães se reúnem ali no antigo ambulatório da CSN que está sendo cuidado pela Associação de moradores, se não, não tinha nem esse lugar, para que a gente pudesse passar uma hora de divertimento e aprender alguma coisa, encontrar-se com os amigos.²¹

Apesar de várias tentativas e sem chegar a um acordo que agradasse ambas as partes, o Sindicato acabou desistindo da proposta de reforma. Agora cabe a prefeitura o destino do prédio, que continua a sofrer com o desgaste ocasionado pela falta de manutenção.

Assim como o prédio do antigo Escritório, outra edificação que faz parte das memórias dos moradores é o clube “Recreio do Trabalhador”. Segundo Roseli Bernardo, era uma prática comum entre as vilas operárias as construções de espaços de lazer, a exemplo das vilas operárias na Europa. (2004,p.131).

Figura 10 - Recreio do Trabalhador, possível década de 1960.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalssaso (1960).

²¹ Entrevista realizada com Ana M^a Ferraro Rodrigues, concedida à Elaine Rodrigues em 28 de fevereiro de 2016.

O clube Recreio do Trabalhador foi construído para servir como sede da Associação ITAÚNA Atlético Clube, formada por funcionários da CSN. Conforme ata, a associação foi fundada em 04 de dezembro de 1952, porém o espaço físico do Recreio do Trabalhador foi construído anos depois, sendo inaugurado em 16 de Dezembro de 1955.(DAVID, 2015, P.72)

Segundo o historiador Ronaldo David, com o crescimento da comunidade houve a necessidade da construção de um clube maior para promoção não apenas de eventos, mas reuniões da própria siderúrgica. (2015, P.81)

No caso da CSN, o interesse da empresa era instituir uma ordem social no espaço urbano criado por ela, utilizando-se para isso de inúmeros dispositivos que pudessem auxiliar na contenção dos excessos e desvios de normas no tempo do não trabalho de seus empregados. (ARAUJO, 2015, p.7).

Segundo pesquisas, podemos perceber que essa era uma prática comum não apenas na vila operária do Rio Fiorita, mas também nas outras vilas construídas pela CSN, como é o caso da vila operária Próspera na cidade de Criciúma, em Capivari/SC e em Volta Redonda/RJ. Tanto em Capivari quanto na Próspera, a exemplo de Siderópolis, também foram construídos o clube Recreio do Trabalhador, com as mesmas características arquitetônicas. Em Capivari o prédio hoje abriga o fórum da cidade, já na Próspera foi destruído.

No clube Recreio do Trabalhador em Rio Fiorita, aconteciam diversos eventos sociais, comprovados pelas fotografias o envolvimento de grande parte da sociedade em eventos, festas, cinema, etc.

Como prática comum no controle do horário de lazer dos operários, no local também funcionava diariamente um bar, onde os funcionários se reuniam após a jornada de trabalho. Ali bebiam, jogavam dominó, baralho, passavam o seu tempo livre.

Nessa leitura/concepção, o lazer é visto como um recurso para condicionar corpos, mentes e espíritos às exigências da nova civilização mecânica e colocá-los em sintonia com os princípios e valores morais que regem a sociedade moderno-industrial de caráter fordista em formação no país. (DUMAZEDIER, 1979; PARKER, 1976 apud ARAUJO, 2015, p.8).

Além dos funcionários, a própria empresa utilizava o clube para promoção de festas e jantares. O espaço também era utilizado pelo sindicato dos

mineiros que realizava suas reuniões e assembleias para deliberações diversas. Durante anos o clube foi um dos poucos lugares de diversão da comunidade, como relata uma moradora:

O Recreio do Trabalhador foi muito importante, pois era o único lazer que se tinha aqui no bairro Rio Fiorita. Que era o Baile, as apresentações de teatro que eram feitas ali, e o cinema, que era muito importante para as pessoas, crescerem e aprenderem alguma coisa.²²

Outro morador do bairro há 60 anos, Seu João Agostinho, conhecido na cidade como “Canela” começou a trabalhar na CSN como laboratorista em 1978. Ele também fez parte da diretoria do Itaúna, e segundo ele, todo funcionário da CSN automaticamente se tornava sócio do Itaúna. Sócios particulares somente eram aceitos caso fossem apresentados por algum outro associado. Ele ainda afirma que:

O Recreio pra mim foi tudo, foi minha segunda casa, eu fiquei 25 anos ali, eu fazia e desfazia tudo ali dentro, as próprias fechaduras foi tudo eu que botei, as manutenções tudo eu fazia, isso depois que a CSN foi desativada. [...] Foi todo mundo caindo fora, saindo de Siderópolis, e ficou pra mim porque eu gostava.²³

João Agostinho cuidou do clube de 1991 até 2005. Quando o Prefeito Douglas Gleen Warmling assumiu a prefeitura, solicitou sua saída. Assim, observou o desgaste do prédio ao longo dos anos até a queda parcial de sua estrutura.

Da muita saudade né. Hoje em dia não tem lugar pra ir, os filhos da gente hoje não tem lugar pra sair ai tem que ir fora né. Agora nós ficamos sem nada, entendeu? [...] não tem mais nada pra nós aqui. A gente leva muita saudade [...] hoje em dia o que eu queria, eu queria o Recreio desse alguma coisa né, que alguém se movimentava e nós erguessemos o Recreio.²⁴

Ele ainda teve o cuidado de guardar consigo alguns documentos em que estão registradas várias atividades do clube ao longo dos anos. O acervo conta com livros caixas, relatórios do cinema, jogos, partidas de futebol, programações dos eventos promovidos no local entre outros. Ele conta que guarda tudo com muito carinho, pois cuidava mais do clube do que sua própria casa.

²² Entrevista realizada com Ana M^a Ferraro Rodrigues, concedida à Elaine Rodrigues em 28 de fevereiro de 2016.

²³ Entrevista realizada com João Augusto, concedida à Elaine Rodrigues no dia 22 de março de 2016.

²⁴ Idem

Percebemos nas entrevistas a importância do clube para a comunidade o que reforça o valor identitário a ele atribuído. As memórias relacionadas a este espaço de sociabilidade ainda estão enraizadas nas lembranças da comunidade se caracterizando não apenas como patrimônio local, mas de toda região carbonífera. Essas memórias corroboram com os conflitos em torno do clube desde a saída da CSN de Siderópolis. Disputavam esse espaço, além da comunidade, Associação de Aposentados e a Sociedade Amigos de Siderópolis.

Conforme o ofício nº 071/96, de 07 de maio de 1996 expedido pelo prefeito Lucio Ubialli, solicitava ao Dr. Sylvio Nobrega Coutinho então presidente da CSN em Volta Redonda/RJ, a “doação da área e instalações do Recreio do Trabalhador e do Campo do Itaúna Atlético Clube” para a Sociedade Amigos de Siderópolis, alegando que a doação desses bens para a associação era pautado no fato de que a grande maioria dos membros são ex-empregados e/ou filhos da extinta Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. O pedido foi posteriormente reforçado pelo próprio presidente da associação Volnei Silva, em carta também enviada ao Dr. Sylvio no dia 10 de maio do mesmo ano. Segundo a carta, a Sociedade Amigos de Siderópolis, “através da sua diretoria e associados, pretende retomar aqueles locais de lazer, que tanta alegria e divertimento proporcionaram a seus pais, e reforça que o intuito da sociedade é fazer o clube “voltar às atividades, e com isso fazer com que a memória cultural e social, implantada pela CSN, não venha morrer de inanição.”²⁵

Apenas no ano de 2000, o prefeito Dilnei Rossa, autoriza a doação do Estádio Mozart Vieira e do Clube Recreio do Trabalhador para a Sociedade Amigos de Siderópolis (Lei nº1.322/00). No entanto, essa doação acabou sendo revogada no ano seguinte pelo novo prefeito José Antônio Périco.

No que diz respeito a esse episódio, podemos destacar a influência político partidária presente nessas disputas. Primeiro os dois prefeitos disputavam as eleições no ano de 2000 por partidos opostos, segundo a movimentação por parte de um vereador coligado ao Prefeito eleito, que influenciou a Associação de Moradores e outras entidades do bairro Rio Fiorita se manifestar contrárias à lei de doação.

Em uma nota de repúdio intitulada “A irresponsabilidade no apagar das luzes”, divulgada e assinada por: Associação de Moradores do Bairro Rio Fiorita,

²⁵ Carta enviada ao Diretor da CSN, em 10 de maio de 1996.

Sindicato dos Mineiros, Movimento de Irmãos, Esporte Clube Estrela Vermelha e Aposentados da CSN, onde expressavam sua indignação com a comunidade do barro Rio Fiorita, segundo a nota :

A COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL (CSN) levou toda a riqueza do nosso bairro, só nos deixou degradações, tínhamos a possibilidade de ficar com algumas migalhas, porém a irresponsabilidades de nossos administradores nem isso permitiram. [...] só nos resta o repudio e desafeto, pois sabiam de nossos anseios e nada fizeram para mudar aquilo que é verdadeiramente de direito de nossa comunidade.

Acredita-se que essa pressão da comunidade levou o prefeito seguinte a rever a decisão e assim revogar a lei de doação voltando para posse da prefeitura. A partir de então, a prefeitura era total e única responsável pela manutenção dos prédios, foram anos de uso e de poucos reparos.

Apenas em 2007 o Recreio do Trabalhador foi tombando como patrimônio Histórico Cultural de Siderópolis pela lei municipal Nº 1693 de 20 de julho de 2007, também pelo ex-prefeito Douglas Gleen Warmling, O objetivo do tombamento era arrecadar verbas para seu restauro, pois havia uma cobrança principalmente, dos moradores do bairro Rio Fiorita. Segundo Douglas Gleen Warmling, já em 2005 quando assumiu a prefeitura, a estrutura do clube já estava bem desgastada e o local abandonado, neste sentido ele buscou outros meios para manter o lugar em atividade.²⁶

No ano de 2006 entregou a administração do clube para alguns empresários que em troca realizariam reformas e a manutenção da estrutura. Porém, a mudança na cor original que era Azul e Branco – Cores que representavam o Itaúna Atlético Clube - para o amarelo queimado provocou mais revolta nos moradores. Somando isso, a pouca adesão aos eventos promovidos dificultava a manutenção e continuidade das atividades por parte dos novos administradores, que romperam o contrato, provavelmente em 2009.

Durante os anos que se seguiram o prédio foi alvo de incêndios, depredações e saques. Em abril de 2013 parte de sua estrutura caiu e hoje está praticamente destruído, restando poucas paredes erguidas.

²⁶ Entrevista com Douglas Gleen Warmling concedida à Elaine Rodrigues no dia 03 de Fevereiro de 2016.

Figura 11 - Recreio do Trabalhador, julho de 2016.



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Podemos evidenciar que durante os anos que se seguiram as memórias evocadas por esses espaços e seu valor identitário foram sendo ressignificadas. O que antes fora construído para ser utilizado como lugares de trabalho hoje reverberam disputas que vão muito além das experiências vivenciadas durante o auge da extração do carvão. Essas disputas envolvem diversos personagens cada um deles evidencia a importância e a apropriação desses bens.

Por meio dessas disputas percebemos a representatividade desse período carbonífero que marcou não apenas a vila operária de Rio Fiorita, mas toda a região carbonífera.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensa exploração do carvão na região sul em particular na cidade de Siderópolis modificou paisagens e hábitos. Modificou a rotina e o estilo de vida dos moradores locais, em especial dos moradores do bairro Rio Fiorita. Se reinventando através do tempo e pela necessidade de desenvolvimento daquele momento, as marcas do “progresso” ainda podem ser vistas nos prédios, nas ruínas e na memória dos moradores locais.

A Companhia Siderúrgica Nacional construiu a vila operária de Rio Fiorita, conforme modelos próprios que já vinham sendo utilizados em outras vilas para legitimar a fase que representava o governo daquele período. Assim como em outros lugares industrializados, o bairro foi idealizado e estruturado para atender a demanda da produção carbonífera.

No frenético ritmo de produção, a presença da ferrovia se fez essencial para o escoamento do carvão, construída poucos anos depois da CSN iniciar os trabalhos de mineração. Além dos edifícios, oficinas, laboratórios e das casas que foram pensadas estrategicamente para abrigar o maior número de operários. Assim como os ambientes de lazer, que além de serem espaços de sociabilidades cumpriam o papel do controle do tempo.

A mão de obra operária era fundamental para que todo o aparato da companhia pudesse funcionar. Assim não apenas os moradores que ali residiam começaram a trabalhar na CSN, mas muitos operários vindos de outros lugares buscavam a promessa de uma vida melhor por meio da estatal. Neste sentido, famílias inteiras chegavam, com seus costumes, ali se estabeleciam e criavam laços, construindo novas identidades para a vila operária.

Essa identidade estabelecida ao longo dos anos, ainda está presente na comunidade do bairro Rio Fiorita, não apenas nos edifícios ou nas ruínas que remetem aquele tempo que a CSN atuou, ela também é representada pelas memórias dos homens e mulheres que participaram da construção dessa identidade e ainda lutam para que ela não desapareça no tempo e no espaço. “Segundo José Cordeiro, é nas fábricas e nas minas, e não são apenas edifícios ou exemplos de ofícios e técnicas, mas locais de trabalho nos quais se estabelecem relações sociais de produção.” (CORDEIRO, 1987, p. 85-86 apud MENEGUELLO, 2011, p.1824).

As memórias do trabalho, juntamente com o conjunto de edificações presentes na vila operária de Rio Fiorita, proporciona pensar esse lugar de trabalho como Patrimônio Industrial.

Pesquisar a formação das vilas operárias, em especial da Vila Operária de Rio Fiorita, suas estruturas, as relações ali estabelecidas a partir do ciclo carbonífero se mostra essencial para refletir vários aspectos relacionados não tão somente a essa prática econômica, mas principalmente na organização social.

Essa pesquisa possibilitou analisar como foi pensada e estruturada a carbonífera da CSN, o crescimento das cidades ao redor das minas e os costumes da comunidade local. Nesse sentido a pesquisa ainda possibilitou perceber quais as relações que a sociedade atual tem com as estruturas do carvão tombadas ou não pelo poder público.

Os patrimônios culturais conferem importância ao passado e os revestem de significados através das memórias. A história do bairro Rio Fiorita foi e continua sendo escrita pelas pessoas, que chegaram naquele local em busca de uma vida melhor.

A vila operária, hoje Bairro de Rio Fiorita, construída pela CSN, ainda hoje é revisitada pelo passado através das edificações que se fazem presentes no cotidiano dos moradores e das memórias que elas evocam. “O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos. Toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado.” (LOWENTHAL, 1994,p.64).

Neste sentido, buscar compreender o conjunto de edificações que estão presentes no bairro Rio Fiorita como patrimônio Industrial tendo em vista as necessidades atuais da comunidade, é imprescindível para a preservação da memória do lugar.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Fabio Salgado. **A companhia siderúrgica nacional (CSN) e as políticas sociais de lazer para os trabalhadores: os clubes sócio-recreativos.** Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/viewFile/1074/790>> Acesso em: 25 de Out. de 2016.

BERNARDO, Roseli Teresinha. **O tempo e os espaços de entretenimento das famílias operárias mineiras.** In: GOULARTI FILHO, Alcides. Memória e cultura do carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade futura, 2004. 129 p.

BERNARDO, Roseli Teresinha. COSTA, Marli de Oliveira. OSTETTO, Lucy Cristina. **A casa e a vila: A família operária e a moradia na região carbonífera, 1913-1930.** In: GOULARTI FILHO, Alcides. Memória e cultura do carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade futura, 2004. 129 p.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1985. 332 p.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil.** Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria, 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Histórico Siderópolis.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=421760&search=santa-catarina|sideropolis|infograficos:-historico>> Acesso em: 28 de mai. de 2016.

CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA Nº 15 – 1999, disponível em: <http://www.fmnf.pt/Upload/Cms/Archive/CartadeVeneza1964.pdf> acesso: 13/Out/2016.

CAROLA, Carlos Renato (Org.). Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2011.

COSTA, Marli de Oliveria. A infância e as Vilas Operárias Mineiras da CSN. In: CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, de Julho de 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo, Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

DAVID, Ronaldo. **Rio Fiorita II: A Companhia Siderúrgica Nacional e histórias de uma comunidade.** Ed. Do Autor. Siderópolis/SC. 172.p.

_____. **Rio Fiorita: estado de espírito I. Siderópolis, SC:** Ed. do autor, 2011. 163 p.

DELMO, Chiquito. **Vila Maria Zélia.** A primeira vila operária do Brasil. Disponível em: <<http://delmosaud.blogspot.com.br/2012/03/vila-maria-zelia-primeira-vilaoperaria.html>> Acesso em: 20 de out. de 2016

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O direito à memória:** análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010). II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Fundação Casa Rui Barbosa.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória.** In: Revista Museologia e Patrimônio, Vol. II nº 1. Jan/Jun de 2009. p. 22-35.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil.** In: Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto,41,1/2, 2001, p.23-32.

GONÇALVES, Janice. Da **educação do público à participação cidadã:** sobre as ações educativas e patrimônio cultural. Nº 19, 2014. Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle.

_____. **Patrimônio em litígio:** conflitos e tensões nos tombamentos estaduais catarinenses. Anais do XIV encontro estadual de história – tempo, memórias e expectativas, 2012, UDESC, Florianópolis, SC.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Patrimônio industrial:** algumas questões em aberto. Usjt-arq.urb. nº3. Primeiro semestre, 2010. p.23-30.

LOPES, Marcos. A **devastação deixada pela Dragline Marion 7800 no sul do país.** Disponível em <<http://tecnicoeminerao.com.br/devastacao-deixada-dragline-marion-7800-sul-pais>> Acesso em: 25 de ago. de 2016.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Revista projeto História.** SP, n. 17, 1998.

MELLO E SILVA, L. (2006). Patrimônio Industrial: Passado e Presente. Patrimônio: **Revista Eletrônica do Iphan.** Brasília, v. 4. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em: 27 de jul. de 2016.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio Industrial como tema de pesquisa.** In: I Seminário de História do Tempo Presente, ANPUH/SC, Anais. Florianópolis: UDESC, 2011. p.1819-1834.

MENEGUELLO & RUBINO (2005). Preservação do patrimônio industrial no Brasil. Entrevista concedida a Maria Cristina Schicchi. **Revista Óculum Ensaios.** PUC-Campinas.

MENESES, José Newton Coelho. **História e turismo cultural.** Cap. I. Belo

Horizonte: Autentica. 2004. p. 17-30.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Tradução: Dora Rocha Flaksman. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2 n.3, 1989, p.3-15

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo**. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). Turismo e patrimônio cultural. ed. São Paulo: Contexto, 2003.p. 15-24.

ROLNIK, Raquel. **Cada um no seu lugar**. São Paulo, início da industrialização: geografia do poder. São Paulo. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura, USP, São Paulo, 1981, 343p.

SCAINI, Jucélia L.; MAGAGNIN, Liana; DUARTE, Márcia R. B. **Conhecendo Siderópolis**. 4 ed. Siderópolis: Prefeitura Municipal de Siderópolis, 2002. 71 p.

VIEIRA, Ronaldo da M. **A vila Maria Zélia: Interesses, interessados e pontos de vistas divergentes sobre sua conservação**. Disponível em: <<http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero13/a-vila-maria-zelia.pdf>> Acesso em: 10 de ago. de 2016

WEINSTEIN, Mary. **A indissociabilidade do patrimônio material e imaterial e o transporte no espaço e no tempo dentro de uma perspectiva também etnocenológica**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19391.pdf>> Acesso em: 16 de out. de 2016.

Entrevistas:

WARMELLING, Douglas Gleen. Entrevista concedida a Elaine Rodrigues. Siderópolis 03 de Fev. de 2016.

RODRIGUES, Ana Maria Ferraro. Entrevista concedida a Elaine Rodrigues. Siderópolis 28 de Fev. de 2016.

AGOSTINHO, João. Entrevista concedida a Elaine Rodrigues. Siderópolis 22 de Mar. de 2016.

Documentos:

SIDERÓPOLIS. Lei nº 1.906, de 23 de novembro de 2010. Siderópolis, 2010.

SIDERÓPOLIS. Lei nº 1693, de 20 de julho de 2007. Siderópolis, 2007.

SIDERÓPOLIS. Lei nº 1.322/00, de 29 de dezembro de 2000. Siderópolis, 2000.

SIDERÓPOLIS. Lei nº 850/91, de 02 de agosto de 1991. Siderópolis, 1991.

SIDERÓPOLIS. Lei nº 1.507, de 19 de maio de 2004. Siderópolis, 2004.

SIDERÓPOLIS, Ofício nº 071/96, de 07 de maio de 1996. Siderópolis, 1996.

SIDERÓPOLIS, Lei nº 1342/01, de 18 de Abril de 2001. Siderópolis, 2001.

URUSSANGA, Lei nº 60, de 23 de 01 de Julho de 1913. Urussanga, 1913.

ANEXO(S)

ANEXO A – fotos de algumas estruturas presentes no bairro Rio Fiorita.

FIGURA 12 - Foto caixa de embarque.



Fonte: Google Earth (2016).

Figura 13 - Foto do Ambulatório década de 1960 e 2013.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalsasso (1960-2013).

Figura 14 - Foto Estádio Mozart Vieira - Campo do ITAÚNA.



.Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalssaso (2011).

Figura 15 - Foto do pátio das Oficinas da CSN.



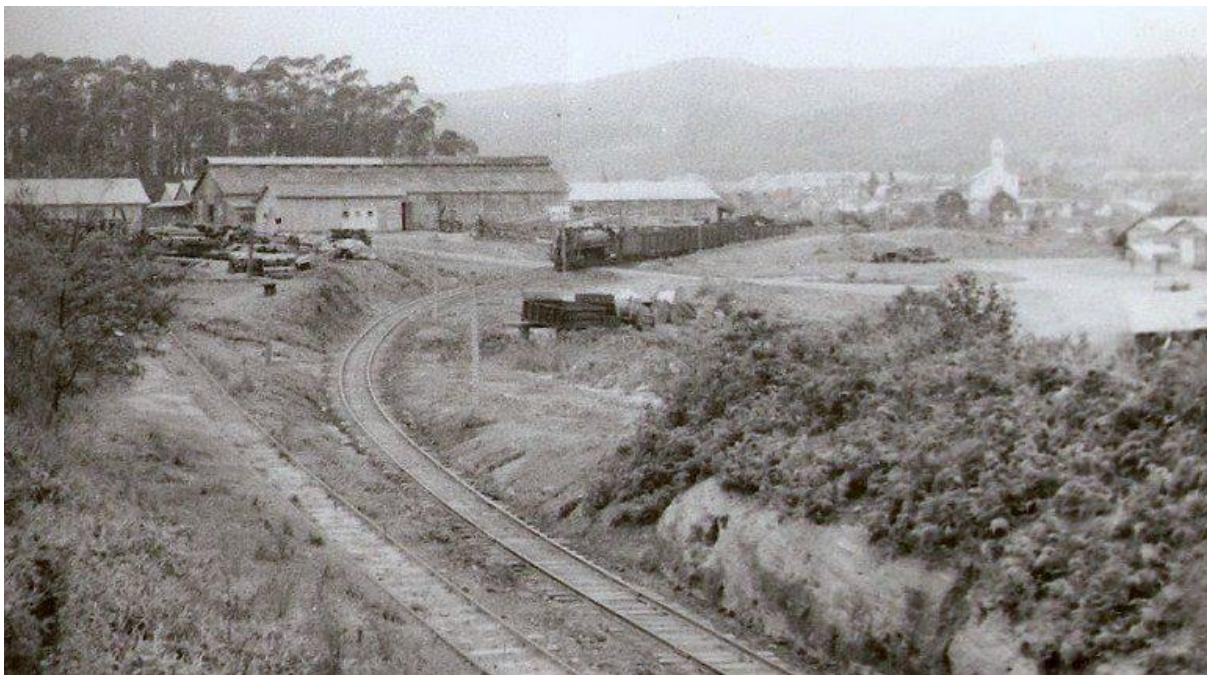
Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalssaso (2010).

Figura 16 - Foto da Guarita do Escritório anos 1950 e 2016.



Fonte: Arquivo Pessoal Rogério Dalsasso (1950- 2016).

Figura 17 - Vista Parcial do pátio das oficinas e da linha férrea.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalsasso (1960).

Figura 18 - Foto da Padaria ano de 1955, atual oficina mecânica.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalssaso (1955).

Figura 19- Foto Vila operária de Rio Fiorita atualmente.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalssaso (2016).